

## A experiência migratória de cabo-verdianos para as roças de São Tomé e Príncipe: pesquisa de campo

### The migratory experience of Cape Verdeans to the plantations of São Tomé and Príncipe: field research

Carla Indira Carvalho Semedo<sup>1</sup>

**Resumo:** Dentre vários destinos das pessoas cabo-verdianas, a experiência migratória em São Tomé e Príncipe foi narrada como o retrato da “pior migração” cabo-verdiana, por reverberar a experimentação da “escravidão” e reforçar uma negritude renegada por estes. Com as narrativas dos que vivenciaram não só a fome, como os efeitos dela, o acontecimento e a experiência da migração cabo-verdiana para as roças de São Tomé e Príncipe, este artigo discorre sobre os múltiplos lugares de enunciação desta experiência e acontecimento, sobre o quotidiano de fome, bem como, da “decisão ou não” de alistar-se para as roças santomenses. Argumenta-se que as discursividades e as práticas coloniais sobre as fomes propiciaram a criação dos modos de existência e de quotidianos de fomes, em que, como mote para a migração cabo-verdiana para as roças de cacau e café em São Tomé e Príncipe, a migração contratada constituiria “a única alternativa possível” às fomes e à eminência das mortandades.

**Palavras-chave:** Trabalho contratado; migração forçada; São Tomé e Príncipe; Cabo Verde; roças.

**Abstract:** Among the various destinations of Cape Verdean people, the migratory experience in São Tomé and Príncipe was narrated as the portrait of Cape Verde’s “worst migration”, as it reverberated the experimentation of “slavery” and reinforced a renegade blackness. With the narratives of those who experienced not only hunger, but the effects of it, the event and the experience of Cape Verdean migration to the gardens of São Tomé and Príncipe, this article discuss the multiple places of utterance of this experience and event, about everyday of hunger, as well as the “decision or not” to join the São Tomé plantations. It is argued that the discourse and practices of the colonial authorities on famines led to the creation of modes of existence and daily famines, in which, as a motto for Cape Verdean migration to the cocoa and coffee fields in São Tomé and Príncipe, contracted migration would constitute “the only possible alternative” to famines and the imminence of death tolls.

**Keywords:** Contracted work; forced emigration; Sao Tome and Principe; Cape Verde; plantations.

<sup>1</sup> Universidade Jean Piaget de Cabo Verde.

## Notas Introdutórias

*Eh, minha filha voltei para cá [São Tomé]! Lugar estava mal demais, Cabo Verde não tinha bom não!... Gafanhoto comia toda a palha da plantação, sobrava só pau (Nha Ninha).*

Nas narrativas de Nha Ninha<sup>2</sup>, contratada na década de 1940 para a roça de Agostinho Neto – São Tomé e, doutras pessoas cabo-verdianas em situação de contrato, Cabo Verde no período de 1940-1950 encontra-se devastado pelos ciclos de fome, seca precedentes e pelas mortes, pelo que contratar-se para São Tomé e Príncipe desenhava-se no horizonte como a “única” possibilidade de se procurar um projeto de vida. Quotidianamente, quer entre os/as cabo-verdianos/as vindos/as na condição de contratados/as, quer naqueles/as que partilharam a experiência, a categoria “santa praça” (em crioulo cabo-verdiano) é usada para descrever a migração para São Tomé e Príncipe, além de sinalizar de que forma as crises, as fomes e as dimensões de desespero promoveram a mobilidade para as roças santomenses. Os rearranjos e a produção de sentidos sobre esta migração operavam com recurso a um trabalho semelhante ou equivalente a um movimento de alistamento para São Tomé e Príncipe, visto que, assentar praça ou alistar para a vida militar, ecoava naqueles que migraram ou não, instantes de fabulação, criação e de alocação deste quotidiano, num imaginário de dureza da vida militar e numa experiência de desterro.

Os enunciados históricos, com os quais tenho lidado, situam os primórdios deste fluxo de corpos e desejos, entre os finais do século XIX e inícios do século XX, pelo que convidam a pensar as vulnerabilidades ecológica e ambiental (clima árido e escassez de chuvas), com vista a entender o fenómeno intenso que atravessa, ainda, a corporeidade da pessoa cabo-verdiana: as mobilidades (CARREIRA, 1977; CARREIRA, 1983; ANDRADE, 1995).

António Carreira (1977; 1983; 1984), precursor nas pesquisas históricas de Cabo Verde, recorre às estruturas de pensamento e de ação acopladas às vulnerabilidades ambientais (as fomes e as secas) para explicar os fluxos migratórios, em especial para as roças santomenses e, às ruturas nas estruturas parentais e familiares decorrentes deste fluxo. Estes estudos foram posteriormente recuperados por outros/as cientistas sociais e das humanidades (ANDRADE, 1995; FURTADO, 1987, GRASSI; ÉVORA, 2007; LOBO, 2006).

No caso da migração cabo-verdiana para as roças santomenses, pouquíssimas pesquisas têm sido realizadas, destacando-se ainda assim as de Augusto Nascimento (2007; 2008). Este defende a tese de que foi uma “migração forçada” decorrente das intensas crises ambientais, ou então que, por ter sido acoplada ao aparato jurídico-legal (o contrato), celebrar o contrato acabou por ser uma decisão e escolha da pessoa.

Entretanto, o artigo distancia-se desta perspetiva e defende que, paralelo a um quotidiano de fomes e de mortes que assolava o arquipélago (não somente naquelas décadas), a administração colonial portuguesa criou uma ilusão de que face às fomes e às mortes, a migração para as roças santomenses constituía a “única saída possível”, anulando quaisquer outras “saídas possíveis”. Assim, o acontecimento da migração contratada dos cabo-verdianos para as roças santomenses alerta-nos para a necessidade de romper com estes modelos analíticos e explicativos, associados às vulnerabilidades climáticas, que se mostram pouco heurísticos quando nos apercebemos da presença de outras forças na criação do desejo e da necessidade de migrar.

<sup>2</sup> A pesquisa de campo foi realizada exclusivamente na Ilha de São Tomé de janeiro a julho de 2013 e de novembro de 2014 a janeiro de 2015. Interessou registrar as narrativas do/as idoso/as cabo-verdiano/as, alusivas à experiência de contrato, pesquisas nos arquivos sobre a migração contratada, no Arquivo Histórico Nacional de São Tomé e de Cabo Verde. Num segundo momento, etnografar o quotidiano e as relações na Roça Agostinho Neto a partir do contato com os dois coletivos de Tchabela lá existentes.

E, partindo da categoria “santa praça” mobilizada pelos/as meus/minhas interlocutores/as, procuro com e nas narrativas dos que experimentaram a fome e os efeitos dela, a experiência do trabalho contratado para as roças santomenses, sinalizar os vários lugares de enunciação produzidos sobre a experiência da fome e da “decisão ou não” de “santar praça”. Proponho contrapor as narrativas dos meus interlocutores aos arquivos da administração colonial e algumas narrativas literárias e musicais<sup>3</sup> alusivas a este acontecimento. Como argumento central e costura do texto, defendo que as discursividades das autoridades coloniais inclinam-se para a criação jurídica e social do acontecimento migração para as roças santomenses, como “a alternativa às crises internas”, à eminência da carência e da morte. E, por outro lado, em como houve tentativas de silenciamento deste acontecimento, o qual operava num núcleo e rede capitalista de gestão e recrutamento de potencial mão-de-obra barata e escravizada – sinalizado nas narrativas dos meus interlocutores –, quer pelo governo colonial, quer pela produção literária e intelectual da elite na época.

### **Quotidianos de fomes pelas ilhas...**

Nos anos cinquenta e sessenta do século passado, a ilha de Santo Antão de Nhu Frank, cujas atividades económicas eram essencialmente do primeiro setor (agricultura e pecuária), tal como a Ilha de Santiago, encontrava-se ainda devastada pelos intensos ciclos de intempéries climáticas: a escassez das chuvas, as secas e as pestes delas resultantes. Por duas vezes, Nhu Frank “santa praça” se viu tendo que se alistar para a Roça Agostinho Neto, na altura ainda Roça Rio D’Ouro. Após o primeiro contrato de três anos em 1955, retornou para Cabo Verde. Por pouco tempo ficaria lá, quando foi contratado novamente, refere: “vim na última viagem do Barco Quanza, no ano de 1965” – como explica Nhu Frank. Nha Maria Francisca, próximo dos oitenta anos transporta as marcas no corpo “pelo trabalho duro no tempo do branco nas roças”, “santa praça” desde os 19 anos, nos finais dos anos 1940 para a então dependência Monte Macaco, integrada na Roça Santa Margarida, localizada na área central da ilha – distrito de Mé Zochi<sup>4</sup>.

Cabo Verde não tinha recurso não...era assistência só, fome muita lá. Gente morreu demais, não tinha lugar de enterrar gente. [Ilha de] São Nicolau tinha assistência também, gente dava comida pras crianças, velhos e quem podia trabalhar, abria estradas (Nha Maria Francisca).

O cenário de fome, agudizado pelas epidemias de peste, povoava as narrativas dos meus interlocutores e também reverberava espacialidades onde pessoas esqueléticas, famintas e virulentas eram percebidas como corporeidades que não importa(va)m, transformadas em potencial mão-de-obra barata e escrava para a exploração de cacau e de café nas roças santomenses. Após quase uma década de trabalho, carregando tinhas de cacau, em 1959, Nha Maria Francisca regressa a Cabo Verde, movimento habitual neste coletivo, como se a esperança num

3 Para a escolha das narrativas musicais, selecionei textos cujas mensagens e registos dão conta da intensidade do acontecimento da migração cabo-verdiana, dos horrores e da devastação humana associados, bem como os horrores das fomes no século XX. A escolha das narrativas literárias no período colonial visou igualmente perceber como estas dinâmicas nos mostram os diálogos possíveis com o governo colonial, lembrando como as dinâmicas literárias eram protagonizadas pela elite intelectual e literária.

4 No que concerne às configurações administrativas, São Tomé e Príncipe é organizada em distritos, estruturas municipais político-administrativas. A Capital da Ilha, São Tomé, pertence ao distrito de Água Grande – a norte da ilha com maior concentração da população. Ainda a norte da ilha, o distrito de Lobata, o de Lembá, no centro do distrito de Mé Zochi, e os dois mais a Sul: Cantagalo e Caué, o limite sul da ilha. A Ilha de Príncipe só possui um distrito – o de Pagué. A ilha do Príncipe detém uma autonomia administrativa com maior independência do que os distritos, constituindo-se num Governo: a Região Autónoma do Príncipe.

território “melhor” já feito das crises, ainda os habitasse. Todavia, as crises, os seus efeitos e as diligências da assistência ainda povoavam os quotidianos das ilhas, caso da ilha de origem de Nha Maria Francisca (São Nicolau, a norte do país). Como Nha Maria Francisca nos narra: “não tinha nada, estava mal demais, meus pais não queriam. Mas faz o quê?! Gente plantava e a sementeira seca sem nada para comer...fome muita”.

Apesar de não terem sido os grandes marcos da crise de fomes e mortandades, conforme as narrativas históricas (SENA BARCELOS, 1904; CARREIRA, 1984), naquele período, os fluxos para aquele arquipélago ainda se mantinham intensos. Os diários de serviços dos administradores locais, produzidos e submetidos à notificação do Governador, colocavam a Ilha de Santiago, na década de 1945 a 1948, neste fogo cruzado: a ilha mais afetada pelas secas e fomes apresentando a maior proporção de óbitos, por habitante (*Diário de Serviço*, outubro 1947). Por ser uma das ilhas mais montanhosas e agrícolas, sendo a atividade agropecuária a mais enraizada naquela ilha, os arquivos da proveniência dos cabo-verdianos na condição de contratados apontam a maioria proveniente de lá. Entretanto, pretendo mostrar que, quiçá, o mesmo movimento que permitiu que as vivências nas ilhas fossem devastadas e criadas acopladas às narrativas de secas e fomes, possibilitou, também, o aumento das estatísticas dos alistados às ilhas de São Tomé e Príncipe.

Nas narrativas dos meus interlocutores, o tempo “de assistência” procede nos seguintes registos: o Serviço de Aquisição de Géneros Alimentícios (SAGA), criado em março de 1942, e a presença de albergues para “prestação de assistência diária aos mais necessitados”. Estes estavam espalhados por todo o arquipélago e, conforme a condição das ilhas ou das freguesias mais afetadas pela crise e pela fome, oscilavam com as verbas disponibilizadas para garantir refeições aos que por lá iam “acampar”.

Com o diploma legislativo de 5 de março de 1942, portaria n.º 2.411 (Suplemento n.º 9 do *Boletim Oficial*) criaram-se os Serviços de Assistência, os quais garantiriam assistência aos mais necessitados, disponibilizando as refeições-quentes, os auxílios para vestuários e empregos para os que ainda tinham força de trabalho. Ainda, no Diário de Serviço referente a outubro de 1947, relata-se que, pelo albergue de assistência na Cidade da Praia, passavam diariamente em média 3.000 a 3.500 dos mais necessitados, onde recebiam refeições de manhã e à tarde. Contudo, a manutenção dos albergues nem sempre era um tema consensual, factor de tensões entre a administração colonial e os responsáveis locais:

Dia a dia verifica-se o aumento do número de assistidos no albergue e a Provedoria diz-me que não pode fornecer-me os fundos necessários e indispensáveis para os manter. Diz a Provedoria que sofreu uma redução de 30% nas suas receitas, embora reconheça que nestes 2 últimos meses se vem gastando no albergue menos que se gastava anterior. A afluência, atualmente, de gentes do interior (das várias freguesias e dos Concelhos de Santa Catarina e Tarrafal) é grande: *uns veem cansados pela fome, outros na mira dum embarque para S. Tomé ou Angola*. Todas as freguesias se queixam de insuficiência da verba da Assistência. Por outro lado, eu não tenho meios para fazer regressar às suas terras, todos quantos aqui estão e de os meter num camião e os levar ou mandar para fora, não posso nem ninguém pode evitar que voltem novamente. Com a chegada do frio, um outro problema que temos que enfrentar, é do fornecimento de roupas, que não está nas minhas mãos resolver. A refeição actual do albergue, para uma única vez por dia, é boa, como todos têm constatado. Eu gostaria de poder internar no albergue todos os necessitados, mas não posso meter ali em regime de internato mais de 3 000 pessoas, por falta de espaço e outras condições higiénicas (*Diário de Serviço*, outubro 1947, p. 11, itálico nosso).

Nota-se que, além das narrativas de miséria, de fome e da defendida “necessária e urgente” migração para São Tomé e Príncipe vigentes na época, o diploma legislativo da portaria n.º 2.411, de 5 de março de 1942, enquanto uma instância enunciativa das autoridades coloniais, criava multiplicidades nos objetos de enunciação – os famintos, os assistidos, os indigentes, os retirantes. E em consequência da fraca diligência colonial em definir estratégias eficazes para debelar as secas e as fomes, o arquipélago cabo-verdiano viu-se infestado por epidemias e mortes causadas por pestes (varíola, lepra).

No ilhéu de Santa Maria – um dos ilhéus da Cidade da Praia, localizado a cinco quilómetros da orla da praia de Gamboa, arredores do centro da Cidade –, construiu-se o Lazareto, onde eram esquecidos os leprosos e os carcomidos pela fome:

Conhecedor da existência de um autêntico campo de concentração de indigentes no Ilhéu de Santa Maria, para lá me dirigi (...). Ao chegar, arrepiaram-se-me os cabelos ao ver o estado de algumas criaturas que para ali foram lançadas pelo simples crime de pedirem aquilo que lhes faltava: a comida com que matassem a fome que as atormentava. Vim a saber que muitos dos que para lá foram mandados perderam a vida e que outros numa última esperança de salvação, deram seu último suspiro, quando a nado procuram atingir a praia da Cidade, fugindo aos horrores do Ilhéu (*Relatório de Setembro a Dezembro de 1947, cit. in CARREIRA, 1984, p. 113*).

Embora, os óbitos tivessem cessado no final de 1948, nos primeiros meses de 1949, nalgumas freguesias e zonas, sobretudo na ilha de Santiago, ainda havia “indigentes” a receber refeições diárias, tal como a abertura de trabalhos públicos (a abertura e o calçamento de estradas, tentativas de captação de água) a fim de proporcionar salários aos que estivessem em condições físicas laborais adequadas. Num despacho do *Boletim Oficial*, n.º 10 (8.3.1947), o então governador de Cabo Verde assumiria a fome e as suas imponderáveis, enunciando-a num idioma de crise e os efeitos delas, havendo por isso urgência de manter e controlar os albergues, abrir trabalhos nas construções, obras nas estradas e estimular a migração para São Tomé e Príncipe.

A 20 de fevereiro de 1949, o espaço onde se improvisou um alpendre temporário do Albergue da Assistência para acolhimento dos que por lá deslocavam (a fim de receber as refeições diárias fornecidas pelos Serviços de Assistência), “talvez devido à má construção, e pela ação da forte lestada que se fizera sentir” ou “concentração de elevado número de famintos junto ao paredão de resguardo”, este desaba “arrastando na queda” quase três centenas de pessoas (CARREIRA, 1984, p. 114). O “Desastre de Assistência”, acontecimento sedimentado na memória coletiva da pessoa cabo-verdiana, viria a produzir experiências e narrativas de sofrimento social e o explodir da fome, que até então estava acoplado à vida ordinária, tornando-se na ordem do extraordinário: um evento crítico (DAS, 1995).

Entretanto, aquele século não fora por excelência o único no qual os “filhos da terra” de Cabo Verde, como Nhu Frank, Nha Maria Francisca, Nha Aninha e muitos outros, se viram na urgência de criar modos outros de habitar, a meio dum quotidiano de secas e de fomes. Os séculos XVIII e XIX, também foram atravessados por constantes “crises de fomes provocadas por ciclos de secas e intempéries ambientais”, as quais verteram em intensos ciclos de falecimentos. Ilustração disto são os arquivos estatísticos: como mostra CARREIRA (1984), o arquipélago teria sido arrastado por ciclos de secas/fomes quer em 1901-1904; 1911-1915; 1916-1918; 1921-1922; 1923-1924; 1941-1943 e 1947-1948, quer como no século precedente, com a prolongada estiagem de 1850 a 1866, que viria a eclodir na terrível fome que, até 1867, ceifou mais de 30 000 pessoas.

A despeito destes vários ciclos de fomes/secas, as crises do ano 1940, particularmente de 1947-1948, são narradas e concebidas pelas autoridades coloniais como sendo as que mais devastação humana provocaram: em 1947, com uma população de 160 000 habitantes, 128 000 (80%) eram enunciadados de necessitados pelos serviços governamentais coloniais, sendo a mortalidade geral em torno de 14 034 em 1947 e 15 755 em 1948.

Também Sena Barcelos (1904), num curto ensaio sobre as fomes em Cabo Verde, elenca as várias crises alimentícias notáveis pela sua colossal mortalidade desde 1748, e, quiçá, terão havido outras crises anteriores, porém, sem algum registo arquivístico. Do ano de 1748 tem-se registo de várias crises, entre as quais: a de 1748 a 1750; 1773 a 1775; 1831 a 1833; 1864 a 1866, com cerca de três anos em média. Já naquela época, algumas diligências foram acionadas, entre as quais as aberturas dos trabalhos públicos aos “válidos”<sup>5</sup> e o apoio alimentício aos indigentes, antes que a antropofagia, a mendicância e as pestes virulentas os sucumbissem (SENA BARCELOS, 1904).

Entretanto, não se vislumbrava na altura, ainda, quer o rendimento da necessidade/urgência da evasão ou da migração, quer o destino das mobilidades para as roças de São Tomé e Príncipe. Como procurarei demonstrar, a potência da necessidade/urgência da migração para as roças santomenses viria a aparecer acoplada ao rendimento da exploração de cacau e de café, em São Tomé e Príncipe.

Igualmente, o quotidiano de fomes em nenhum momento era homogêneo, nem tampouco traduzia formas similares ou homogêneas de estar nas ilhas e de ser afetado pela experiência das fomes, visto que eram notáveis as variações nos modos de existência: os potenciais “necessitados e indigentes” e os “beneficiários da crise”. Os “flagelados”<sup>6</sup>, provenientes das classes sociais de baixo poder aquisitivo (78,8%, o povo, composto por mestiços e pretos), enquanto a “grande” e a “pequena” burguesia (21,2%), constituída por brancos e mestiços com algum capital simbólico e económico, fora pouco afetada pelas crises. Em algumas ilhas, havia um sistema social e económico similar ao feudalismo – ou como denominados na composição social cabo-verdiana da época: os morgados (mestiços com algum capital simbólico e económico) exploravam e subjugavam os rendeiros<sup>7</sup>, os quais, por sua vez, arrendavam as propriedades e trabalhavam nelas. Neste caso, muito destes rendeiros viram-se emaranhados na teia capitalista de ter que se desfazer das propriedades agrícolas e trabalhar nas de outrém para não padecer.

E, paralelamente, aparecem as figuras de recrutadores e agentes locais, incumbidos do recrutamento de domiciliar e comunitário dos potenciais cabo-verdianos – muitos destes rendeiros – a serem contratados para as roças santomenses. Assemelhar-se, em algum momento, como as narrativas das fomes acionadas e disseminadas nos vários dispositivos discursivos, os modos de existência dos flagelados das crises transformados em retirantes e indigentes – corpos que não importam – foram criados, mobilizados e lidos num registo homogêneo, perpetado pela governamentalidade colonial.

E, em rutura a esta possível estabilização discursiva relativa aos efeitos do quotidiano de fomes e mortes e do acontecimento da migração, viso mostrar as múltiplas narrativas criadas de que “santar praça” era uma alternativa infernal ao padecimento no arquipélago, plasmada na ideia de que dum Cabo Verde de “muita crise... muita fome!”, um São Tomé Príncipe “muito verde e muita chuva e muito trabalho”, onde apesar do “castigo do

5 Nos decretos, esta categoria aludia aos que têm força de trabalho, não atingidos ainda pela fome e pelas pestes.

6 Uso a expressão flagelados no mesmo sentido e contexto que o poeta cabo-verdiano Ovídio Martins usa no poema “Somos os flagelados do vento leste!”, em alusão aos retirantes de fome.

7 Para outros aprofundamentos, a tese de Eduardo Pereira (2010), transformada em livro, fornece subsídios para se pensar a conformação destas relações no espaço rural da Ilha de Santiago nos séculos XIX e XX, marcadas por relações desiguais e de exploração laborais, as quais desembocariam em três grandes revoltas da história cabo-verdiana.

trabalho, pelo menos sabíamos que não iríamos passar fome mais!” (Nha Aninha). Também defendo que houve toda uma mobilização do governo colonial em produzir corpos passíveis de tornarem corpos braçais num contexto escravagista, em pleno século XX. Pois, como sinaliza Deleuze (2013, p. 100) no pensamento foucaultiano, o “enunciável” e o “dizível sempre estiveram inteiramente presos nas relações de poder que eles supõem e atualizam” e, por conseguinte,:

O ato ilocutório não é o que ocorreu antes do momento do enunciado (no pensamento do autor ou no jogo de suas intenções); não é o que se pôde produzir, depois do próprio enunciado, no sulco que deixou atrás de si e nas consequências que provocou; mas sim o que se produziu pelo próprio fato de ter sido enunciado e precisamente este enunciado (e nenhum outro) em circunstâncias bem determinadas (DELEUZE, 2013, p. 100).

### “Santar praça” para não padecer...Para quem?

Ki tem dinheru dja ka bai Holanda  
 Ki sta na djetu já k abai Lisboa  
 Ma ramediadus dja ka bai Angola  
 Desanimadus dja ka Santa Praça [foram para São Tomé e Príncipe]<sup>8</sup>.

Volvidas quase sete décadas do acontecimento das fomes, o Arquivo Histórico Nacional de Cabo Verde realizou a exposição “As fomes em Cabo Verde: causas e factos (1850-1949)”, em junho de 2013. A exposição recorre a uma multiplicidade de arquivos para compor o que fora nomeado “a experiência das fomes em Cabo Verde”, por meio de uma narrativa cronológica linear, das causas aos efeitos. Para tal, desde narrativas jornalísticas, administrativas (Boletins Oficiais, Diários de Serviços, dados estatísticos) e imagéticas (dos espaços e de pessoas “famintas”), visando rememorar um tempo passado. Transcrevo uma passagem do texto exposto no poster da exposição, a qual pretendeu apontar o seguinte:

Aos efeitos das fomes ocorridas entre 1946 a 1949 que por terem sido muito violentas e marcadas pelo “Desastre da assistência” na Cidade da Praia, a 20 de fevereiro de 1949, deixou, por conseguinte, marcas profundas na memória dos cabo-verdianos. (...) Resgatar um passado negro da nossa história, mas que deve ser divulgado aos mais jovens; preservar nossa memória coletiva; enfim, esta exposição divulga um período negro da nossa história, *marcado por muitos anos de sofrimento, desespero, êxodos, lares e famílias desfeitos, propriedades penhoradas ou vendidas para mitigar a fome, roubos, óbitos e miséria de inúmeros cabo-verdianos* [negrito na fonte original], cuja luta pela sobrevivência não foi fácil, sobretudo devido à insularidade e à seca que desde os primórdios fizeram sentir seus efeitos nas ilhas.

<sup>8</sup> Excerto da narrativa musical “Febrí di Funaná” composta pelo músico e compositor cabo-verdiano Code di Dona. Tradução do crioulo cabo-verdiano: “Quem tem dinheiro já foi para Holanda/ Quem está em uma situação económica boa já foi para Lisboa/ Mas quem está em uma condição razoável foi para Angola/ Os desanimados assentaram praça [foram para São Tomé e Príncipe]”.

Em recusa ao discurso hegemónico que atualiza as experiências de fome num registo dum passado negro, elaborando o acontecimento “santa praça” enquanto a alternativa às fomes e à eminência das mortes, os meus interlocutores denunciam outras dinâmicas silenciadas nas e pelas narrativas históricas (TROUILLOT, 1995). Pois, paralelamente ao “sofrimento social”, muitos capitalizaram a migração para São Tomé e Príncipe, entre estes a figura dos recrutadores e agentes locais, incumbidos do recrutamento domiciliar e comunitário dos potenciais serviçais. Embora nos primórdios do processo de povoamento e da colonização de Cabo Verde, tenham ocorrido intempéries, clima agressivo à vida humana, quotidianos de secas e fomes resultantes da geografia do arquipélago<sup>9</sup>; no século XX, estes imponderáveis ambientais foram instrumentalizados na criação e na produção de necessidades e urgências de migrar para escapar às fomes. E a 28 de fevereiro de 1903, mediante um registo jurídico-oficioso, criou-se a *Junta de Trabalho e Migração* para o recrutamento de potenciais “serviçais” a trabalhar nas roças de São Tomé e Príncipe.

Nos anos de 1940, aos dezasseis anos, Nhu Bana, na companhia da mãe e da avó materna, “santa” para as roças santomenses, sem ter atingido a maturidade legal regulamentada (dezoito anos). Enfaticamente, a fome é um registo acionado pelo Nhu Bana ao compor a sua narrativa de ter que emigrar, num contrato de dois anos: “gente vendeu cabeça para não morrer de fome, para não padecer. Gente padecia muito!”. É uma fome que inscreve, como venho pontuando, por um lado, corpos numa conjuntura de sofrimento social e gramáticas de desumanização: “Fome que entrou no meu país fez gente vir! Minha filha, falta muita! Tempo difícil!” e, por outro, afetados pela criação doutras possibilidades existenciais num território verdejante e de fartura, não mais de fome e de privações: “Viemos para São Tomé e Príncipe necessidade...para não padecer, não morrer!” (Nha Maria Francisca).

Nha Ninha, septuagenária, emigra de Santa Catarina (sul da ilha de Santiago) aos dezasseis anos na companhia da irmã mais velha, para a roça Agua-Izé (sudeste de São Tomé, distrito de Cantagal). Nos anos de 1960, regressaria a Cabo Verde, tendo depois contratado novamente já para a então Roça Rio D’Ouro, que como ela frisa: “donde nunca saí, desde então”. Nas narrativas de Nha Aninha, o Lazareto e o acontecimento do Desastre de Assistência marcam os seus modos de existência, instigando-a a alistar-se: “já estava esperta, com corpo feito, santei para São Tomé”:

Cabo Verde não tinha bom, não!..., gente ia pro Lazareto, assistência quando desabou estava criança ainda. Estava dentro da assistência mesmo, com panela na mão, ia tomar comida, meu padrinho me mandava tomar comida, depois trazia para casa. Naquele dia que desmoronou, estava lá dentro. Não ferí, estava lado da porta, quando teto caiu, estava um polícia levou gente para Baixo Ponta Belém. Carro a subir e descer só. Morreu gente demais, demais éh. Tábuas dentro de corpo de gente, gente ferido muito. Depois fui pro interior com um familiar, quando já estava esperta, com mamas no peito, corpo feito, santei para São Tomé. (...) Cabo Verde difícil muito, mal mesmo, *parece que se Cabo Verde estava como agora, bom, gente não vinha não pro São Tomé*. Eh, minha filha, voltei para cá [São Tomé]...não falei que o lugar [Cabo Verde] estava mal...lanturna beira de mar, gafanhoto comia a palha da plantação, ficava pau pau. Tinha Lazareto, lugar que colocava

9 Localizado a 450 quilómetros da Costa Ocidental Africana, na zona Subsariana, varia dum clima árido a semiárido e recebe, ao longo do ano, ventos áridos do Deserto do Sahara.



gente, quando viam que gente estava mal, largava no Lazareto. Quando largavam lá, gente sabia que não voltava mais, era morte já, gente enchia demais. Fome e doença... *com fome aguenta como?! Faz como?! Santar praça só!* (Nha Aninha, itálicos nossos).

As narrativas de Nha Aninha sinalizam experiências e alternativas, ambas infernais, contudo, padecer de fome ou migrar para São Tomé e Príncipe a despeito da dureza e “castigo” do trabalho no mato. Dona Fátima é muito enfática, também: “chegámos aqui, verde muito, chuva demais e trabalho só, mas gente sabia que não tinha fome mais, necessidade mais não!”.

Corre o boato que vão ser contratados indivíduos para irem prestar serviços em S.Tomé!...A notícia é tomada com frieza por uns, com relutância ou indiferença por outros, mas o facto vai se corporizando e o conformismo com a sorte adversa desaparece. Três ou quatro anos passam-se rápidos, e pelo menos não faltará a banana, a fruta pão e o azeite de palma. Talvez haja a felicidade de se ficar numa oficina ou ser escolhido para serviços domésticos. (VIEIRA, 1951, p. 32).

Esta frieza e relutância inicial a que refere Vieira (1951), a despeito das histórias alusivas a uma “vida de castigo” nas roças santomenses, paulatinamente vai cedendo a um campo de possibilidades de outros desejos almejados: escapar à fome e às suas devastações, visto que, ao menos nas roças, “a comida e a fartura era uma certeza”: “achei bom, mato verde, achei trabalho, achei chuva muita e comida muita!”<sup>10</sup> – afirma Nha Maria de Fátima. Entretanto, a rotina e o quotidiano de trabalhos castigados tendem a fazer esvair e a esvaziar estes desejos, como os de Nha Eulália, Nha Maria Francisca e Nha Segunda, no mato quebrando cacau, como nos mostram.

Minha filha vim pra São Tomé, passei castigo, trabalho só. Gente trabalhou baixo de chuva com garoto nas costas. Chuva muito, éh. Roupa não seca, senhora. Outro dia, é mesma roupa, molhada. Difícil, mas gente saía e ia, senão levava porrada. Minha mãe disse: “*Minha filha não vai prá São Tomé, lá tem porrada, lá é castigo só*” (Nha Eulália, itálico nosso).

É levantar noite, quatro hora. Quando acorda, para trabalhar. É serviço duro, éh! Outro tomou porrada...(Nha Maria Francisca)

Em Ponta Figo, em 1947 quando eu vim, cinco horas tocavam sino. Tocava pito, cinco horas ir tomar café, na panelona junto com maçambique [moçambicanos] e angolanos, na cozinha grande, cinco horas tomar aquele café na panela grande, na cozinha grande geral, cinco horas arranca para trabalho, escuro, para ir trabalhar no mato<sup>11</sup> (Nha Segunda).

10 Originalmente em crioulo cabo-verdiano: “un axal bon, mato verde, un axa trabadjo, un axa chuba xeu e kumida xeu!”.

11 Originalmente em crioulo cabo-verdiano: “Na Ponta Figo, na 47 quanto un bem, cinco horas ta tocaba sino. Ta toca pito, cinco hora bai toma matabicho, na panelona djuntu ku moçambicanos e angolanos, na cozinha grande, cinco horas toma kel café na panela grande, na cozinha grande geral, cinco horas ranca pra trabalho, sucurre, pa bai trabalho na mato”.

Da eminência de morrer de fome às promessas de uma existência de fartura nas roças santomenses, assim eram as “promessas do contrato”: as *ilusões do contrato!* Ilustração disto é a portaria régia n.º 105 de 18 de maio de 1864, na qual ao então governador de Cabo Verde fora determinado: “faça transportar para as Ilhas de São Tomé e Príncipe, até 1 000 indivíduos de ambos os sexos, empregando para este fim todos os meios possíveis de persuasão”, sendo, certamente um destes “meios possíveis”, a fome.

Outrossim, Sena Barcelos (1904) chama a atenção para algumas conexões e relações vigentes na época. Até 29 de abril de 1878, devido à situação escravocrata ainda vigente na altura, ficava “a cargo do governo o sustento destes” e os custos no deslocamento. Após a proclamação da abolição, os fluxos migratórios para o Sul procedem num registo jurídico-legal: o *Decreto de 1903*. O decreto favorecia o recrutamento, exortando ao “desenvolvimento e exploração das propriedades agrícolas das ilhas de São Tomé e Príncipe, que constituem uma das mais belas obras da colonização portuguesa” (*Diário do Governo*, n.º 173, de 25.7.1912). Neste mesmo registo arquivístico, criaram-se práticas discursivas propiciadoras da formação objetiva das “Juntas de Recrutamento”, mediadoras na consecução dos intentos e representação dos interesses dos proprietários das roças. Produziu-se também um campo de possibilidades no reforço desta rede ultramarina com a criação da *Sociedade de Migração* que, na mesma década, viria a ser nomeada de *Sociedade de Migração para São Tomé e Príncipe* – SOEMI.

Quase na metade do século, a 4 de setembro de 1947, o Governo Colonial enuncia a crise e as suas soluções associadas ao reforço dos fluxos migratórios, a fim de que os mais “vulneráveis” escapassem à calamidade eminente. O diploma legislativo n.º 956 (4.9.1947) instaura, a partir do campo jurídico, práticas discursivas nas quais o “possível” às crises resultantes das secas, estaria inscrito na facilitação ao alistamento para o trabalho contratado. Era dito que:

As crises resultantes da falta de chuvas tendem a ser sempre mais frequentes e mais graves, parecendo por isso aconselhável que se facilite a saída da colónia de indivíduos com trabalho assegurado em outras colónias. Por isso se reconhece a necessidade de estabelecer normas de contrato que, garantindo aos trabalhadores contratados de Cabo Verde todas as regalias que o Código do Trabalho Indígena oferece, não os sujeitem a exigências incompatíveis com seu grau de civilização (Diploma legislativo n.º 956, 4.9.1947)

É manifesta, em certa medida, a não estabilização do conceito e experiência da escravidão e da liberdade, pois ainda que do ponto de vista legal fossem emancipados, com a instauração das medidas legais de persuasão ao trabalho contratado, os libertos viram-se emaranhados e aprisionados na rede capitalista, impossibilitados da “alternativa possível” para os Estados Unidos da América (EUA)<sup>12</sup>. Ainda que a abolição, num plano jurídico, tenha anulado a escravatura, a liberdade e a igualdade não aparecem como corolários do evento primeiro, visto que, como argumentam Olívia Cunha e Flávio Gomes (2007, p. 13), a liberdade aparentemente trazida em corolário com a abolição, “não foi restaurada; ao contrário, foi inventada e experimentada por aqueles que não a conheciam” à luz ou em contraposição às historicidades corporais da escravidão.

12 A migração cabo-verdiana para os Estados Unidos da América inicia-se entre fins do século XIX e inícios do XX, nas embarcações pesqueiras de baleias. Com a instauração e criação de condições jurídico-legais da migração cabo-verdiana para São Tomé e Príncipe, limitou-se consideravelmente este fluxo. Um dos argumentos foi o facto da migração para o Sul não necessitar do passaporte, documento já necessário para o deslocamento aos EUA, além de estar este emaranhado num trâmite aparentemente difícil e custoso. Ver CARREIRA, 1983; FURTADO, 1987.

Igualmente a experimentação do trabalho contratado aparece nas narrativas dos meus interlocutores marcada por evocações dum “tempo de escravidão”, ainda que não vivido, mas enquanto um modo de existência acionado para rearranjar as vivências nas roças, a condição de contratado e a condição de “condenados a degredo”, como fora denominada esta migração. Ainda que haja algum rendimento heurístico, quando Carreira (1984, p. 133) aponta para os efeitos das crises, dentro de uma gramática de vitimização e ao mesmo tempo moralista:

(...) parece-nos que em meio século, aproximadamente, a população de Cabo Verde foi martirizada por sucessivas calamidades que devem ter marcado profundamente, dos pontos de vista psicológico, social e económico, as gerações que sobreviveram milagrosamente a cada hecatombe (CARREIRA, 1984, p. 133).

Creio, contudo, que uma leitura unicamente neste registo, resvalaria num olhar minimalista do que foi o acontecimento da migração contratada. Por serem as experiências dos meus interlocutores alusivas ao acontecimento “santar praça”, a partir da década de quarenta do século passado não nos é possível depreender os afetos produzidos desde o decreto de 1903 no quotidiano dos potenciais trabalhadores rurais em situação de contrato. Todavia, as discursividades dos que experimentaram a fome dos anos de 1940, as sujeições às privações criadas, realçam a necessidade de serem lidas num registo acoplado às suas corporeidades, às suas conexões territoriais, imagéticas e temporais.

### **“Santar praça” ainda...sobre algumas produções de sentidos ao evento contrato**

Como tenho procurado mostrar, a migração cabo-verdiana tem sido associada aos modelos explicativos, nos quais as fomes e as secas são produzidas enquanto vetores de mobilidade espacial, em simultâneo com a elaboração de práticas discursivas da migração, como a única saída possível diante da miséria nos segmentos rurais e urbanos mais empobrecidos. Também observo que, com as fomes e as secas, surgiram acontecimentos, práticas discursivas e objetos de enunciação basilares, para o entendimento do que se nomeou: a migração contratada dos cabo-verdianos para São Tomé e Príncipe.

Um pouco por todos os arquivos oficiais e nas narrativas músico-literárias cabo-verdianas, criaram-se variações nos modos de narrar: como narrar e o que narrar desta experiência desterritorializante. Visando repensar estes modos de relatar à luz das narrativas dos meus interlocutores, proponho que nos detenhamos sobre alguns destes registos, entre os quais algumas criações poéticas e prosistas de literários cabo-verdianos do primeiro movimento literário e cultural da elite intelectual cabo-verdiana – o *Movimento Claridoso*<sup>13</sup>. Destaco também a narrativa musical elaborada da experiência pessoal do compositor/músico cabo-verdiano, Code di Dona, sobre as fomes e a migração para as roças santomenses.

13 A escolha de analisar este compositor/músico foi por conta do contributo do *Movimento Claridoso* na dinâmica cultural e literária cabo-verdiana, do ano de 1936 a 1966, propondo discutir, problematizar e denunciar situações diariamente encaradas pelo homem cabo-verdiano, entre as quais a fome, a miséria, desesperança no dia de amanhã, os dilemas existenciais acoplados à experiência da evasão (migração), as secas e os seus efeitos devastadores. Baltasar Lopes, Manuel Lopes e Jorge Barbosa foram os fundadores deste movimento.

Proponho pensar estas narrativas enquanto “cristal de tempo”<sup>14</sup> (DELEUZE, 2011), em que as narrativas aglutinam várias temporalidades, historicidades e eventos num trabalho de elucidar memórias do tempo da migração dos cabo-verdianos para as roças santomenses: que pessoas foram criadas nestas narrativas? Que pessoas couberam e ainda cabem nelas?

No território geopolítico cabo-verdiano, é recorrente momentos de histórias dos/com os então cabo-verdianos na condição de contratados, de como a família desconhece o destino de um familiar contratado, trinta, quarenta ou cinquenta anos após o contrato para Sul. Concebo estas histórias, enquanto narrativas da ordem do acontecimento e do vivido, recriadas nas narrativas orais e que escapam às narrativas históricas.

Muitas destas histórias, mesmo não sendo da ordem das narrativas históricas, em certa medida, atualizam estas práticas enunciativas históricas: entre as quais, a de que a migração cabo-verdiana para São Tomé e Príncipe – “santa praça” – equipara a uma “condenação a degredo”, por ter sido sempre considerada, no arquipélago cabo-verdiano, como uma deportação ou atualização duma “condenação a degredo”. Tanto é assim, que era pouco usual dizer-se “alguém embarcou para S.Tomé”, mas que “embarcou para o Sul”, em alusão ao envio de condenados de delitos comuns pelos tribunais ordinários para o território de Angola, onde iam cumprir penas, como era corrente. Igual modo, no consenso geral, o “dar nome” ao agente recrutador para a efetivação do contrato de trabalho, correspondia a uma auto-condenação: “O contrato para o Sul era o último recurso a lançar mão, uma vez reconhecida a impossibilidade de emigrar para qualquer outro país” (CARREIRA, 1983, p. 175).

A despeito de ter sido e de continuar a ser percebida no imaginário social dos cabo-verdianos num registo de “uma má migração, a que não teve sucesso”, esta migração foi e ainda é a da qual mais se fal(a)ou, sobre a qual e com a qual mais narrativas e enunciados se produziram em lugares e momentos de enunciação diferenciados e por coletivos também variados. Entendo que a proliferação e a exaltação dos fluxos enunciativos sejam decorrentes de São Tomé e Príncipe não ter sido, em nenhum instante, “o sonho doirado do emigrante” de Cabo Verde, ao invés uma “migração de condenados”, “condenados pela fome” e “condenados a ir para o Sul”: a África, atualização duma experiência escravista. E como problematiza o compositor Code di Dona: “Quem tem dinheiro já foi para Holanda/Quem está em uma situação económica boa já foi para Lisboa/Mas quem está em uma condição razoável foi para Angola” e, por fim, “Os desanimados assentaram praça [foram para São Tomé e Príncipe]”<sup>15</sup>.

Segundo Carreira (1983), a migração cabo-verdiana para o continente africano foi numa primeira onda para São Tomé e Príncipe e Angola, esta última para as minas, e ambas numa modalidade de migração laboral contratada. Apesar da mobilidade para Angola ter sido similar, aquela que teve lugar no arquipélago equatorial, foi acoplada às narrativas de silenciamento (TROUILLOT, 1995), lugares de enunciação onde práticas capitalistas foram embaciadas. E, substituídas pela “fuga à seca e fome”, “arranjar seu dinheirinho e voltar melhor para terra”; afinal “três ou quatro anos passam-se rápidos, e pelo menos não faltará a banana, a fruta-pão e o azeite de palma” (VIEIRA, 1951, p. 32).

14 A partir das leituras bergsonianas sobre o tempo e a memória (imagem lembrança e imagem atual), a noção de “cristal de tempo” em Deleuze (2011, p. 103) articula-se com a noção de “imagem-cristal”, que constitui a “(...) operação mais fundamental do tempo: já que o passado não se constitui depois do presente que ele foi mas ao mesmo tempo, é preciso que o tempo se desdobre a cada instante em presente e passado (...)”. Por conseguinte, “o cristal, com efeito, não para de trocar as duas imagens distintas que o constituem, a imagem atual do presente que passa e a imagem virtual do passado que se conserva.” E estes estados cristalinos, Deleuze (2011, p. 103) nomeia “cristal de tempo”; “o passado coexiste com o presente que ele foi; o passado se conserva em si, como passado geral (não cronológico); o tempo se desdobra a cada instante em presente e passado, presente que passa e passado que se conserva”.

15 Narrativa musical em crioulo cabo-verdiano: “Ki tem dinheru dja ka bai Holanda/ Ki sta na djetu já ka bai Lisboa Ma ramediadus dja ka bai Angola/ Desanimados dja ka Santa Praça”.

Ainda sobre a atualização duma condenação a degredo, nota-se que a migração cabo-verdiana para o Sul deslocaria e tensionaria concepções de pessoa e de corporeidade já dadas e criadas pela e na cartografia das relações sociais da época. Uma cartografia na qual o capital simbólico do colonialismo acionado pelo cabo-verdiano aproximar-lhe-ia ao colonizador português e, por conseguinte, menos colonizado, menos indígena, menos selvagem e menos africano, disseminando um capital simbólico, alimentado por um certo sentimento de superioridade cultural e racial distanciado ao das outras então colónias portuguesas.

Ao rememorar a experiência de ir para São Tomé, Nhu Bana mostra-se afetada pela não atualização duma virtualidade aparentemente dada – a de que o indigenato não se aplicava mais em Cabo Verde, diferentemente das outras então colónias da administração portuguesa e, por conseguinte, o cabo-verdiano seria visto como cidadão, situação vigente na altura em Cabo Verde:

Quando chegou lá nu pensa branco ta danu bom cama, bom cumida...não! Chegou lá no hospital, danu pa cumé Fuba e peixe salgado. Un cumi, un fla: ui nha mãe! Kelá é cumida ki genti ta cumé?!  
Ami nunca un cumeba keli!<sup>16</sup>.

Assim, o possível e acordado nível cultural e civilizacional possuído pelos cabo-verdianos desvanecer-se-ia na relação com os outros então serviços (estes, nesta cosmovisão, os africanos) nas roças, tal como o então estatuto de indigenato. Aparentemente destituído em Cabo Verde, o estatuto de indigenato estava disseminado no contrato laboral, nas condições deshumanas de trabalho e nos modos de retorno dos cabo-verdianos em situação de contrato. Por não retornar nem melhor, nem superior, mas um cabo-verdiano africano, escapa ao tipo-ideal do emigrante contribuinte no desenvolvimento do país, quando retorna duma civilização superior, caso do imaginário social da migração para os EUA (GRASSI; ÉVORA, 2007).

A figura do contratado, o migrante do Sul ao retornar, evoca e rememora o passado escravista e a africanidade, renegado e impensável no imaginário de muitos cabo-verdianos: “de hoje em diante irá comer em panelas de pau; o pão que o diabo amassou – dessa escravidão encarnizada de liberdade, que é um insulto à dignidade humana”. Eugénio Tavares, figura da vida cultural, política e social de Cabo Verde entre 1890 e 1930, prosista e poeta de índole social, chama a atenção, em 1912, com a narrativa poética *A Migração* para as injustiças sofridas pelo “povo cabo-verdiano”, aos afetos criados à migração para São Tomé, entre os quais, o que faria deste povo “uma espécie de contratado de S. Tomé”, enredado em relações escravistas, como ele destaca nos trechos abaixo (FURTADO, 1987).

16 Tradução do crioulo cabo-verdiano: “Quando chegamos, pensamos que branco nos daria boa cama para dormir, boa comida...Não! Chegamos lá e nos deram para comer fubá de milho e peixe salgado. Comi e disse: ai, minha mãe! Isso é comida para gente comer?! Eu nunca tinha comido isso”.

### A Migração

(A propósito da migração para S. Tomé e Príncipe)

Como é triste e é desolador  
Ver partir, aos magotes, esta gente  
Entregue ao seu destino indiferente  
A tanto sofrimento, tanta dor!

Se a sorte ainda a traz à terra amiga  
Macilenta, tristonha, depauperada,  
Com a doença do sono, já minada,  
Ao cemitério um só coval mendiga!

Mas porque ides, assim arrebanhada,  
A essa maldita terra de desterro?  
É a fome que vos leva acorrentada?

Aproveita melhor a mocidade  
E ide mais distante, ide à América,  
À terra do trabalho e liberdade!

(ORION, in TAVARES, 1912, *cit. in* FURTADO, 1987, p. 64)

Proibir a migração cabo-verdiana para os Estados Unidos é dirigirmo-nos ao povo cabo-verdiano, e dizer-lhe: amigo tira os sapatos; despe o casaco; pega na enxada e salta para os morgadios de Santiago, do Fogo, de Santo Antão, onde há falta de braços. Foste, até aqui, o livre trabalhador da América: de agora passas a ser uma espécie de contratado de S. Tomé. Até hoje comeste à tua mesa, em pratos e com talheres, o pão que o suor do teu rosto livremente fecundou e maldureceu: de hoje em diante irás comer em panelas de pau; o pão que o diabo amassou – dessa escravidão encarnizada de liberdade, que é um insulto à dignidade humana (TAVARES, 1918 *cit. in* FURTADO, 1987, p. 62).

Pode-se perceber como a migração para o Sul desnudou questões das relações identitárias constituintes da pessoa cabo-verdiana, entre as quais o debate de que as noções nacionalistas e identitárias do povo e da sociedade de Cabo Verde foram sendo construídas num embate África *versus* Europa (DOS ANJOS, 2006; FERNANDES, 2002; FURTADO, 1987). Numa base onde África, o continente africano era “diluído”, renegado ao ponto da identidade racial ser *continuum* à conceção de Nação e do Estado: “Ser cabo-verdiano e não ser africano”, ao mesmo tempo em que se projetavam possibilidades duma aproximação Cabo Verde-Europa. E, tendo em conta, o que Foucault (2013, p. 100) sinalizou: “o que se produziu pelo próprio fato de ter sido enunciado e precisamente este enunciado (e nenhum outro) em circunstâncias bem determinadas”, importa perceber como estes espaços discursivos operam, pois:

a descaracterização das causas da migração esconde os verdadeiros motivos, colocando o suposto universalismo da cultura cabo-verdiana como fundamento à ida do cabo-verdiano a S. Tomé e Príncipe e outras partes do “Além-Mar” (FURTADO, 1987, p. 69).

E, por não ter sido inscrita no tipo-ideal de migração cabo-verdiana, impossibilitou a objetificação dos afetos e desejos plasmados nestes fluxos<sup>17</sup> e, por se vê-la unicamente num registo dum suposto atraso cultural, em nenhum momento, os usos coloniais destes fatalismos na criação e na propiciação dum deslocamento de corpos braçais inserido num sistema jurídico de trabalho contratado escravo, foi mote para se repensar e censurá-la. Ao se realocar esta migração num lugar onde não cabem as lógicas existenciais escravistas – ainda que esta pulse com toda a sua intensidade nas marcas corporais dos cabo-verdianos que viveram em situação do contrato –, construíram-se as narrativas, os espaços de habitar e os modos de sociabilidades daqueles enquanto territórios e quadros de memórias, os quais não cabem ser revisitados por reverberar um tempo escravista que urge ser esquecido e silenciado e, por conta disso, a pior migração.

Ilustração disto foi o registo narrativo e discursivo do movimento literário *Claridosa*, alusivo à temática das fomes e das secas como instigando movimentos “evasionistas”: a migração. Analisada no registo do binómio: “Ter de partir e querer ficar”; “Ter de ficar e querer partir”, a experiência da partida/evasão seria um constrangimento decorrente da tensão acoplada a todo o movimento migratório. No romance *O Chiquinho* (1947), Baltasar Lopes retrata o Cabo Verde dos anos 1930, ancorado numa realidade até à data não denunciada: o abandono do povo, a luta pela sobrevivência em meio à natureza inóspita, às secas instigantes e às fomes avassaladoras onde as personagens almejam as terras longínquas, território possível de escape às crises, rumo às Américas (EUA) nas então embarcações de pesca da baleia.

Em 1959, com a publicação do romance *Os Flagelados do Vento Leste*, Manuel Lopes recupera os factos ocorridos na época das fomes, das secas e das mortandades, pautado por uma crítica social forte e contundente, uma denúncia sobre os “níveis de alienação da população de Cabo Verde” e de como a transformação da realidade passava pela “conscientização do povo cabo-verdiano”. É igualmente notório na narrativa poética, *Irmão*, de Jorge Barbosa (1941, p. 53):

### **Irmão**

Cruzaste Mares  
na aventura da pesca da baleia  
nessas viagens para a América  
de onde às vezes os navios não voltam mais  
(...)  
Em terra/nestas pobres Ilhas nossas  
és o homem da enxada abrindo levadas à água das ribeiras férteis  
cavando a terra seca nas regiões ingratas  
onde às vezes a chuva mal chega  
onde às vezes a estiagem é uma aflição  
e um cenário trágico de fome!

17 Para mais desenvolvimentos, ver SEMEDO, 2016; 2020.

O então dinamismo literário e cultural que propunha pensar a identidade cultural fundada na criação duma “cabo-verdianidade” e uma crítica à conjuntura socioeconómica e política das ilhas reiteravam, sob regimes e artifícios variados, os efeitos da seca, as fomes e a evasão como a alternativa instaurada pelo poder colonial. Contudo, a urgência da migração para São Tomé e Príncipe, os efeitos na psique da pessoa cabo-verdiana contratada, tal como a criação (pelo governo colonial) dum movimento oportuno de migração para as roças santomenses, mediante a instrumentalização da realidade das fomes, não cabiam naquele dinamismo cultural e literário: estes acontecimentos foram elaborados enquanto realidades impensáveis, silenciadas das quais não cabia ser faladas (TROUILLOT, 1995). Décadas volvidas, o ensaísta e político Onésimo Silveira, num ensaio, em 1968, viria a tecer duras críticas a este silenciamento:

Só se reflete nas obras dos claridosos o facto da migração para as Américas e jamais a migração degradante para as terras como S. Tomé e Príncipe, coexistente com aquela, mas que eles escritores, nunca desejariam para si mesmos. Só recentemente um deles, Baltazar Lopes, se mostrou preocupado com o tema desta última migração, em seu ciclo poético intitulado *Romanceiro de S. Tomé*, o qual, não obstante a expressão formal por vezes bela, apresenta uma intenção social bastante difusa (SILVEIRA, 1968, p. 11).

No que concerne às narrativas musicais, a narrativa *Fomi 47* constitui-se num quadro de memória. Composta pelo músico cabo-verdiano Codé di Dona (1940-2010), em resultado da sua experiência enquanto contratado nas roças santomenses, em meados de 1950-1960, foi construída pelos cabo-verdianos como a narrativa mais representativa desta migração. Também eleita enquanto um retrato etnográfico e temporal e, quiçá duma temporalidade escravista, um “tempo remanescente dos escravos africanos nos porões dos barcos para as Américas”. Ainda que a narrativa tenha sido vivenciada e criada na década de cinquenta/sessenta do século passado, a crise de fome rememorada é a dos anos de 1940, o que sinaliza o facto de, neste recorte temporal, a memória virtual dos desastres humanitários nos anos 1940, percebida como a mais devastadora, ser ainda da ordem do acontecimento, acionada para o trabalho de memória e para produção dos sentidos quotidianos.

### **Fomi 47**

Era na 59  
 tchuba scorregado  
 desanimado nha bida  
 n djobi santa pam bai santomé  
 bem na praia santa maria  
 na scritóri fernandi sousa  
 n da nomi el poi na papel ess dam número 37  
 (...)  
 4 dia ku 4 noti  
 era 4 hora di madrugada  
 n odja barco ana Mafalda  
 n odja luz toma baía



fladu mé ana mafalda ki dja bem  
 pa leba guentis santomé di principe  
 n poi cabeça na tchom  
 n xinta n kuda bida  
 n djunta nhas manducho  
 poi dentu um sacutelo  
 n toma boti n bai pa bordo  
 kantu dia sem sustento  
 kantu dia sem quebra djudjum  
 kantu dia sem mata fomi/na puron di barco ta bai<sup>18</sup>.

Esta crise ocorrida em 1947 – vulgo “Fomi 47” –, intensificada pela anterior de 1941 a 1943, agudizada pelos efeitos da Segunda Guerra Mundial no arquipélago, foi sendo elaborada pelos dados estatísticos coloniais como a mais escandalosamente mortífera. E se a “Fomi 47” foi e ainda é recriada na memória coletiva dos cabo-verdianos como a que mais devastação humana provocara, o facto dela ter sido acoplada ao fluxo migratório para as roças santomenses, motivando e instigando-a, fez deste acontecimento um evento coletivo e social: um evento crítico (DAS, 1995).

Na narrativa musical *Fomi 47* depreende-se o facto de que de 1920 a 1950, em simultâneo com as precariedades locais, os autóctones anónimos terem criado uma estrutura de recrutamento dos potenciais cabo-verdianos para o trabalho contratado, operando segundo um esquema local de capitalismo moderno (PALMIÉ, 1995), ancorado ou alicerçado numa rede, desde o agente de recrutamento aos navios que os transportavam, passando pelas agências mediadoras dos contratos. A figura “Escritório Fernandi Sousa”, enquanto o aparato administrativo colonial de recrutamento da mão-de-obra para as roças atravessa não só esta narrativa musical, como as narrativas dos meus interlocutores, caso de Nhu Bana ao referir-se a uma rede de relações:

Un staba na Praia, un kontra ku Seu Veiga e Seu Varela. Es flan si un ka cre bai pa Santomé? Un flas ma sim. Un dás nha documento. Kel otu dia, nu bai dottor...na dia ki nu parti, es dan camisa de contratado, manto e dinheru... un ka sabi cuse ta serba di mi, se un sta bai morreba...un entra na barku pa San Tomé<sup>19</sup> (Nhu Bana).

## Considerações finais

A pronúncia deste artigo, cujo propósito foi fazer dialogar narrativas criadas por lugares de enunciação diferenciados, visou essencialmente recuperar as narrativas das pessoas na condição de contratados, trazendo visibilidade às narrativas (im)pensáveis e (in)visibilizadas. O texto foi sendo composto e entretecido por escalas,

18 Tradução do crioulo cabo-verdiano: “Fomi 47/ Era em 59/ Chuva escassa/ Desanimado da minha vida/ Fui procurar Santa para ir para São Tomé e Príncipe/ Fui à Cidade da Praia/ No escritório Fernando Sousa/ Me alistei e recebi número 37/ 4 dias e quatro noites/ Eram 4 horas da madrugada/ Vi o barco Ana Mafalda/ A baía do cais ficou iluminada/ Disseram que foi a Ana Mafalda que chegara/ Para levar pessoas para São Tomé e Príncipe/ Me desanimei e sentei pensando na vida/ Arrumei minhas tralhas/ Fiz uma trouxa/ Sentei-me num bote ao encontro com o barco/ Quantos dias sem comer/ Quantos dias sem nenhum sustento/ Quantos dias sem poder matar a fome/ No porão do barco”.

19 Tradução do crioulo cabo-verdiano: “Estava na Praia [bairro e artéria central onde na altura residiam comércios e serviços], e encontrei com o Sr. Veiga e Sr. Varela. Me perguntaram se não queria ir para São Tomé? Respondi que sim. Entreguei meu documento oficial de identificação. No dia seguinte, fomos ao médico...no dia da partida, deram-me camisa de contratado, manta e algum dinheiro...Não sabia o que seria de mim, se iria morrer...Entre no barco rumo a São Tomé”.

registos temporais e lugares de enunciação diferenciados – os arquivos coloniais, narrativas literárias, narrativas musicais e narrativas das pessoas em situação de contrato –, sendo que estas últimas norteavam a composição e a razão do artigo: pensar a experiência e o acontecimento da migração dos cabo-verdianos, em situação de contrato, para as roças santomenses.

Com o assinalar destas variações discursivas revisitadas, propusemo-nos demonstrar a existência dum propósito de silenciar, nas narrativas coloniais e literárias, determinados eventos; por ter-se inscrito o acontecimento da migração para as roças santomenses num modelo explicativo de fomes, secas e os efeitos delas resultantes. Há movimentos de silenciamento das evocações da escravatura e, desta migração, mascaradas num contrato jurídico, ter desterritorializado coletivos humanos, escamoteando a máquina, a governamentalidade colonial e o capitalismo de exploração das roças de café e cacau santomenses.

Chamo ainda a atenção do facto do trabalho situar o acontecimento “contrato” e a migração cabo-verdiana para o Sul na vida quotidiana e salientar uma economia moral e política da narrativa: “o que pode ou não ser narrado”, “o que é dizível ou não”, como também um trabalho de silenciamento de outras nuances da ordem do acontecimento. Ilustração disto são as dinâmicas literárias do movimento *Claridoso*, pautadas por um silenciamento face às engrenagens da máquina colonial na gestão da migração para as roças santomenses, bem como os seus efeitos devastadores nos modos existenciais do povo cabo-verdiano.

Em rutura aos discursos hegemónicos que atualizam as experiências das fomes na chave dum “passado negro”, propus trazer as narrativas dos meus interlocutores que nos dão conta do acontecimento “santa praça” enquanto alternativa criada pela máquina colonial às fomes e à eminência das mortes, denunciando outras dinâmicas silenciadas nas narrativas históricas. Isso porque, como venho frisando, apesar de, já nos primórdios do processo de povoamento e da colonização de Cabo Verde, as intempéries, o clima agressivo à vida humana e, em decorrente, quotidianos de secas e fomes afetarem os modos de vida no arquipélago cabo-verdiano; no século XX, estes quotidianos de fomes e secas foram instrumentalizados na criação e na produção de necessidades e urgências de migrar em escape às fomes e, conseqüentemente, o alistamento para as roças de café e cacau, em São Tomé e Príncipe.

Com as variações discursivas, propus trazer outras complexidades à tão reclamada e frisada europeização *versus* não africanização, percebidas como substanciais às corporeidades dos cabo-verdianos, que se diluem quando contrastadas com as experiências dos meus interlocutores quando retratam a conjuntura social e política colonial da migração para as roças santomenses. E, ao se acionarem motivações económicas e climáticas para a criação desta experiência, escamoteou-se o vivido, o experiencial da e na história, o de que a governamentalidade colonial portuguesa criou, em pleno século XX (a partir dos finais de 1800 até 1970), um sistema de tráfico negreiro e de trabalho escravizado, visando mobilizar mão-de-obra barata, a ser escravizada para as roças santomenses, por meio da ação das Sociedades e “Empresas”, enquanto estruturas de recrutamento e alistamento de cabo-verdianos para as roças de cacau e café em São Tomé e Príncipe.

## Fontes e Bibliografia

### Fontes

CABO VERDE – *Boletim Oficial*, n.º 10, de 8.3.1947.

CABO VERDE – Diploma legislativo n.º 956, de 4.9.1947.

CABO VERDE – Instituto do Arquivo Histórico Nacional – *Diário do Governo*, n.º 173, de 25.7.1912, e *Diário de Serviço*, outubro 1947. Repertório Numérico simples do Fundo Nacional da Repartição Provincial, dos Serviços de Administração Civil (1907-1979), caixa n.º 22 e 25, peças n.º 01 e 04.

CABO VERDE – Suplemento do *Boletim Oficial*, n.º 9, de 5.3.1942.

SÃO THOMÉ – *Boletim Oficial*, n.º 9, de 28.2.1903.

### Bibliografia

CARREIRA, António, 1977 – *Classes sociais, estruturas familiares e migração em Cabo Verde*. Lisboa: Ulmeiro.

CARREIRA, António, 1983 – *Migrações nas Ilhas de Cabo Verde*, 2.ª edição. Praia: CEE/ICL.

CARREIRA, António, 1984 – *Cabo Verde: aspectos sociais, secas e fomes do século XX*. Lisboa: Ulmeiro.

CUNHA, Olivia da; GOMES, Flávio (Orgs.), 2007 – *Quase-cidadão. Histórias e antropologias da pós-emancipação no Brasil*. Rio de Janeiro: FGV.

DAS, Veena, 1995 – *Critical Events: An Anthropological Perspective in Contemporary India*. New Delhi/Oxford: Oxford University Press.

DELEUZE, Gilles, 2011 – *A Imagem tempo: cinema 2*. São Paulo: Editora Brasiliense.

DELEUZE, Gilles, 2013 – *Foucault*. São Paulo: Editora Brasiliense.

DOS ANJOS, José Carlos, 2006 – *Intelectuais, literatura e poder em Cabo Verde: lutas de definição da identidade nacional*. Porto Alegre: UFRGS Editora.

FERNANDES, Gabriel, 2002 – *A diluição da África: uma interpretação da saga identitária cabo-verdiana no panorama político (pós) colonial*. Florianópolis: Edufsc.

FERNANDES, Gabriel, 2006 – *Em busca da Nação: Notas para uma reinterpretação do Cabo Verde crioulo*. Florianópolis: Edufsc. Praia: Instituto Nacional e do Livro.

FOUCAULT, Michael, 2013 – *Arqueologia do Saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária.

FURTADO, Cláudio, 1987 – *Génese e Reprodução da classe dirigente em Cabo Verde*. Praia: ILCD.

GRASSI, Marzia; ÉVORA, Iolanda (Orgs.), 2007 – *Gênero e Migrações cabo-verdianas*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (ICS).

LOBO, Andrea, 2006 – *Tão longe, tão perto. Organização familiar e emigração feminina na Ilha de Boavista – Cabo Verde*. Tese de Doutorado em Antropologia Social defendida na Universidade de Brasília.

NASCIMENTO, Augusto, 2007 – *O fim do caminhu longi*. Mindelo: Ilhéu Editora e do Autor.

NASCIMENTO, Augusto, 2008 – *Vidas de S. Tomé segundo vozes de Soncente*. Lousã: Ilhéu Editora e do Autor.

PALMIÉ, Stephan, 1995 – A Taste for Human Commodities: Experiencing the Atlantic System, in Stephan Palmié (Ed.) – *Slave Cultures and the Culture of Slavery*. Knoxville: The University of Tennessee Press, p. 40-54.

PEREIRA, Eduardo, 2010 – *Política e Cultura: as revoltas dos Engenhos (1822), de Achada Falcão (1841) e de Ribeirão Manuel (1910)*. Tese de Pós-Graduação em História Social apresentada à Universidade de São Paulo.

POLLAK, Michael, 1990 – *L'expérience concentrationnaire*. Paris: Éditions Métailié.

SEMEDO, Adilson Carvalho, 2013 – *Religião e Política em Cabo Verde. Os posicionamentos públicos do Governo da Diocese perante as mudanças públicas (1975-2001)*. Tese de Doutorado em Sociologia defendida no Departamento de Sociologia/Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

SEMEDO, Carla Indira, 2016 – *Ilusões do Contrato? Migrações sul-sul, evocações do tráfico, contranarrativas e socialidades dos cabo-verdianos nas roças de São Tomé e Príncipe*. Tese de Doutorado em Antropologia Social defendida na Universidade Federal do Rio de Janeiro/Museu Nacional.

SEMEDO, Carla Indira, 2020 – *Somos descendentes! Contranarrativas e agenciamentos musicais dos coletivos de Tchabeta na Roça Agostinho Neto (São Tomé e Príncipe)*. *Sociologia & Antropologia*. 3 (aguarda publicação).

SENA BARCELOS, Cristiano, 1904 – *Alguns apontamentos sobre as fomes em Cabo Verde: desde 1719 a 1904*. Lisboa.

SILVEIRA, Onésimo, 1968 – *Consciencialização na literatura cabo-verdiana*. Lisboa: Edição Casa dos Estudantes do Império.

TROUILLOT, Michel-Rolph, 1995 – *Silencing the Past: power and the production of history*. Boston: Beacon Press.

VIEIRA, Henrique de, 1951 – *Mão de obra cabo-verdiana para S. Tomé*. *Cabo Verde. Boletim de Propaganda e Informação*. II(23), p. 29-32.